

política

Reforma deve ter novas mudanças

Mudança que deve ser apresentada para
Reforma Previdenciária atingirá os
trabalhadores rurais, que terão
aposentadoria diferenciada. **« PÁGINA 12 »**

Reforma da Previdência deve ter novas mudanças

« AJUSTES » Governo Federal prepara mais concessões para facilitar a aprovação e, entre os beneficiados, estarão os trabalhadores rurais

POR VERA ROSA
Agência Estado

Brasília (AE) - Depois de excluir servidores públicos estaduais e municipais da reforma da Previdência, o governo prepara outras concessões para facilitar a aprovação da proposta, que enfrenta críticas não apenas da oposição, mas da própria base aliada e de centrais sindicais. A nova mudança atingirá os trabalhadores rurais, que podem ter direito a uma aposentadoria diferenciada.

"Não é justo que eles contribuam da mesma forma que os trabalhadores urbanos", disse ao Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. "Nós estamos estudando uma forma especial de contribuição para eles". Uma das ideias do governo para que a proposta não enfrente mais tanta resistência no Congresso é adotar uma contribuição de no máximo 5% do salário mínimo para os agricultores. A alíquota para o setor privado, atualmente, varia de 8% a 11%.

Sob pressão até mesmo do PMDB, e também das corporações, o governo começou a promover o que chama de "ajustes" na reforma da Previdência. Nas últimas reuniões com o presidente Michel Temer, deputados disseram que o Palácio do Planalto precisa melhorar com urgência a comunicação da proposta. Preocupados com as eleições de 2018, os parlamentares pediram a ele que arque com o ônus da reforma e vá à TV explicar por que a nova Previdência é necessária.

Pelas regras atuais, por exemplo, a aposentadoria dos trabalhadores rurais também é



Eliseu Padilha afirma que está em estudo uma forma de contribuição para os trabalhadores rurais

garantida para aqueles que não contribuem. O projeto do governo prevê a idade mínima de 65 anos para ter direito ao benefício, mesmo para os agricultores, com 25 anos de contribuição.

Ao falar sobre os principais pontos da reforma, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, Eliseu Padilha disse que a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, a regra de transição e aquela que veda o acúmulo de pensões por morte não serão mexidas "São a espinha dorsal da proposta", insistiu ele, minimizando as divergências. "Essa emenda constitucional já está precificada".

Questionado se concordava com a exclusão de servidores estaduais e municipais da reforma - medida anunciada ontem à noite por Temer, ao lado do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) -, o chefe da Casa Civil descon-

versou. "Sobre coisa que presidente faz, ministro não opina", respondeu. Padilha não participou da divulgação do primeiro recuo do governo sobre a Previdência. "Eu não estava no Palácio", afirmou.

Com a exclusão de servidores de governos regionais, o primeiro recuo oficial do governo em relação à reforma da Previdência teve por objetivo viabilizar a aprovação da proposta e apressar a sua tramitação. Deputados e senadores trouxeram ao Planalto, nos últimos dois dias, muitas queixas das pressões que estavam recebendo das suas bases e que já começaram a temer certa de que se ampliam, por meio das mídias sociais. Mas o governo já sabe que irá precisar ceder em pelo menos dois outros pontos, também por forte pressão dos parlamentares: regras de transição e a aposentadoria para o setor rural. Só que o martelo não está batido em

relação a estes pontos, que ainda estão em discussão, com base nas emendas apresentadas e que estão sendo avaliadas pelo Planalto.

Para o presidente Michel Temer, de acordo com interlocutores diretos, "a reforma tem de passar de qualquer jeito". "É questão de sobrevivência do governo. É passar ou passar. E tem de ser no primeiro semestre ainda", comentou um assessor palaciano, depois de lembrar que sem a reforma da Previdência, o teto de gastos se torna inócuo. Paralelamente a isso, o governo trabalha para aprovar, o quanto antes, os textos que tratam da reforma trabalhista, como forma de dar mais um sinal para o mercado de que está trabalhando para melhorar as condições econômicas. O governo tem dito que tem sido muito pressionado pelo comércio em geral e pelos pequenos e médios empregadores.

Governadores repercutem a alteração

Brasília (AE) - Um dia depois de o presidente Michel Temer anunciar que a proposta de reforma da Previdência não vai mais incluir servidores estaduais e municipais, governadores que prestigiam a posse do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, se disseram surpreendidos com a decisão do Planalto - e admitem que agora terão de arcar com o ônus político para revisar as regras.

"O ônus político passou para os Estados, mas você vai dialogar, vai ver a realidade e mostrar os números", afirmou o governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria (PSD), antes de participar da cerimônia no Supremo Tribunal Federal.

Segundo o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), todos os governadores foram pegos de surpresa com o anúncio de Temer.

"Nunca foi discutida essa proposta", afirmou Pezão.

O peemedebista afirmou ser favorável à autonomia federativa e disse esperar que essa experiência da Previdência venha também para outras políticas públicas.

"Era um pleito de todos os governadores, de todos os diretores de regime de Previdência para a gente fazer casado com governo federal (a reforma da previdência). Mas não vejo problema nenhum de a gente começar o pacto federativo pela reforma da Previdência. Agora espero que ele se estenda também na parte tributária, na parte trabalhista, numa série de questões que a gente fica dependendo aqui de Brasília", afirmou Luiz Fernando Pezão.

Para o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), o movimento do Planalto foi "previsível", diante das dificul-

dades do tema. "A tradição brasileira nesses temas da reforma da Previdência vão nessa direção: começa-se com um programa máximo e termina-se com um programa mínimo. De um modo geral os governadores concordam com uma agenda de revisão das regras da previdência como conceito. Foi uma surpresa", comentou Flávio Dino.

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), por sua vez, disse que o momento atual é de "coragem" para implantar medidas que garantam o equilíbrio das contas públicas.

"O ideal é que fosse tudo de uma vez só aqui, pacificava. Mas paciência. Não tem mais populismo, demagogia. Eu fui surpreendido por esse posicionamento (do Planalto). Mas vou reunir minha equipe e ver que medidas vamos adotar", afirmou Beto Richa.

Economista aponta risco para a proposta

Ribeirão Preto (AE) - O professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Geraldo Biasoto Júnior afirmou que a decisão do presidente Michel Temer de retirar servidores públicos municipais e estaduais da Reforma da Previdência mostra que a proposta perde força. "Na verdade a reforma está desmoronando, pois já poupamos militares, judiciário e, agora, esses servidores", disse. "Em desastre, porque a equipe econômica disse que não poderia mudar (o projeto original) e não conseguiu", completou.

Biasoto, que é contrário ao projeto de reforma, por, segundo ele, não atacar o financiamento da Previdência, avaliou que "do ponto de vista político, para o governo a retirada dos servidores públicos estaduais e federais melhora as condições de aprovação" no Congresso. Segundo o economista, deputados federais possuem uma base muito forte dessas categorias em seus redutos eleitorais e serão mais maleáveis para aprovar o projeto.

"É muito mais fácil o deputado federal votar contra o previdenciário comum da Previdência Social do que contra o previdenciário estadual que compõe sua base eleitoral, por exemplo", disse. "Mas, se um governo eleito já teria dificuldade de fazer uma reforma como essa, imagine o governo tampão?" concluiu professor da Unicamp.